

CULTURAS ESCOLARES: ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA NA ESCOLA PRIMÁRIA (BRASIL E FRANÇA, FINAL DO SÉCULO XIX)

Cynthia Agra de Brito NEVES¹
Maria Eugênia L. M. CASTANHO²

VIDAL, Diana Gonçalves. **Culturas escolares: estudo sobre as práticas de leitura e escrita na escola primária (Brasil e França, final do século XIX)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

O trabalho de livre-docência defendido em 2004 foi transformado em livro em setembro de 2005: ***Culturas escolares: estudo sobre as práticas de leitura e escrita na escola primária (Brasil e França, final do século XIX)***. Vidal vasculha acervos, periódicos, revistas e diversas documentações, a fim de analisar as culturas escolares a partir de práticas de leitura e escrita no Brasil e na França no final do século XIX. A comparação entre os dois países é ousada e mais ainda a autora, ao apontar semelhanças e diferenças pedagógicas entre o Velho e o Novo Mundo no final dos oitocentos.

Com relação às normas e práticas escolares, Vidal valoriza o fato destas convidarem os historiadores da educação a refletirem sobre as práticas cotidianas e o funcionamento interno da instituição de ensino, bem como a sua proposta

de um estudo histórico das disciplinas escolares, recusando os estudos demasiado externalistas, como a história das idéias pedagógicas ou as análises macropolíticas que se costuma fazer da educação.

Vidal traz à tona ao longo de todo seu primeiro capítulo, uma discussão aprofundada a respeito do significado de **cultura escolar**. Para esse diálogo em forma de debate intertextual, contribuem teóricos como Dominique Julia, André Chervel, Agustín Escolano e Viñao Frago. Para concluir, Vidal afirma que os conceitos de cultura escolar, culturas da escola, culturas escolares, forma escolar e gramática da escola apresentam especificidades.

Em seguida, o estudo se direciona para a historiografia da educação brasileira, ou melhor, a instituição escolar e sua organização temporal,

(¹) Mestranda, Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, SP. Brasil. E-mail: <cynthiaagra@ig.com.br>.

(²) Docente, Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, SP. Brasil. E-mail: <meu@dglnet.com.br>.

especial e pedagógica, pois segundo Vidal, antes de tratar de práticas escolares é interessante saber como os estudos na história da educação no Brasil vêm problematizando forma escolar e cultura escolar. Nessa discussão participam autores como Guy Vicent, que estudou o modelo de escola primária da França no fim do século XVII, bem como José Mário Azanha, Marta Carvalho e Rosa Fátima de Souza, que pesquisaram sobre a história das escolas brasileiras, trazendo leituras de autores franceses, como Anne-Marie Chartier e Michel de Certeau para compreensão de práticas escolares (opressoras) comuns aqui no Brasil.

Vidal suspende o desfile de teóricos com os quais dialogou ao longo de todo este primeiro capítulo de sua tese-livro e, finalmente, retoma o seu objeto de pesquisa, admitindo o desafio a que se propôs: tomar por estudo a escola pública primária e como objeto de análise, as práticas culturais nela realizada. Além disso, mapear os poderes nela instituídos, atentar para as ações dos indivíduos nas relações que estabelecem com os objetos culturais que circulam no interior das escolas, esmiuçar astúcias, estratégias, atentando para a formalidade das práticas.

Tarefa esta difícil, que requer cuidados, como por exemplo, ter clareza de que os sujeitos encarnam representações do fazer ordinário da escola e que esta é palco de permanências e mudanças, por isso está em conflito e (re)construção constantes. Outra armadilha levantada por Vidal é que a escola tem sido freqüentada por um número cada vez maior de pessoas, o que a torna vulnerável a diversas interpretações e incongruências em relação a saberes técnicos ou às leis e reformas educativas.

Consciente de sua responsabilidade e tamanho desafio, Vidal parte para um segundo capítulo, um pouco mais lúdico – embora não menos teórico – pois é nele que ela descreve, de fato, o *corpus* de sua pesquisa.

Vidal fez o que se convencionou chamar de história comparada, só que dessa vez, a reflexão foi intercontinental, entre Brasil e França, e atravessou “mares nunca dantes navegados”

pelos educadores, que costumam transitar apenas pelo mundo europeu ou norte-americano. Vidal assumiu o papel de “passador” entre sociedades e culturas tão diferentes como a brasileira e a européia. Ao estudar o livro escolar ***Contos Infantis***, de Julia Lopes de Almeida e Adelina Lopes Vieira e as relações que este estabeleceu com o cenário social e educativo brasileiro no final do século XIX, relacionou-o com ***La Comédie Infantine***, de Louis Ratisbonne, cuja tradução veiculada no Brasil foi feita pelas duas autoras irmãs.

O lado pedagógico do livro infantil de Ratisbonne é que este se prestava ao exercício da leitura expressiva, o que ao longo de todo século XIX teve valor universal. Ler em voz alta, articular bem os sons, a dicção, a interpretação gestual e fisionômica do texto lido, tudo era considerado uma arte a ser aprendida pelos alunos da escola primária francesa. ***La Comédie Infantine*** ensinava exatamente isso ao propor poemas curtos, com rimas simples, ritmo próprio, de fácil oralização, o que possibilitava a memorização rápida por parte das crianças, graças ao trabalho assíduo e metódico de repetir para decorar os poemas.

Houve uma ruptura com o modelo religioso de leitura cantada, contudo, os temas tratados pelos poemas e contos de Ratisbonne traziam ainda heranças religiosas, seja nos títulos, seja nos assuntos abordados, sempre com fins moralizantes, que não desrespeitavam a censura, por isso eram facilmente distribuídos pelas mais diversas bibliotecas – não apenas escolares, como também públicas – da França.

Em geral, as histórias de ***Contos Infantis***, assim como as de ***La Comédie Infantine***, abordavam temas referentes à importância da virtude, da solidariedade, da caridade, do amor filial e materno, da humildade, do cuidado com pobres e desvalidos, da modéstia, do labor, da alma; e condenavam a vaidade, os maus hábitos, a ganância, o interesse pessoal, a ambição. Tinham como personagens: a família (pais, mães, crianças, avós), os animais, os entes do mundo mágico (fadas), mas nunca mostravam empregadas ou escravas, o que

indicava a condição social burguesa das duas autoras irmãs.

Contudo, *Contos Infantis* foram publicados no Brasil em 1886, para uma sociedade majoritariamente analfabeta, em um país onde a distribuição da escola era parca e a circulação de livros fora da zona urbana era rara, bem como as bibliotecas escolares eram quase inexistentes. A oralidade era, portanto, ainda o principal meio de comunicação da população brasileira. Universo este muito diferente do francês, uma vez que o livro de Ratisbonne, *La Comédie Infantine*, circulava numa França com altos índices de alfabetização, onde a empreitada maior era abrir bibliotecas escolares, comunais e paroquiais para consumo do livro – tido como um bem universal – pela população urbana e rural.

Vê-se, pois, que *Contos Infantis* e *La Comédie Infantine* têm aspectos semelhantes, no entanto, apresentam muito mais pontos dessemelhantes. E é justamente este o foco a ser abordado por Vidal no seu terceiro e último capítulo, no qual a autora se dispõe a analisar as práticas escolares de escrita na França no final do século XIX, comparando com aquelas realizadas no Brasil. Mais um árduo e interessante trabalho de pesquisa de Vidal, que sempre nos surpreende pela perspectiva histórica com que conduz suas análises.

Apoiando-se em Roger Chartier, a autora constatou que o oitocentos trouxe como inovações para a escola primária: a mesa de areia, a ardósia, o lápis de pedra, a pena metálica, o lápis de grafite, o papel e o caderno. A escrita era difícil devido ao talhe da pena, que exigia precisão de movimento no uso do canivete, trabalho este que era ensinado pelo professor. O papel também era caro, artigo de luxo, por isso seria cuidadoso evitar o desperdício. As crianças, por sua vez, aprendiam a ler e a escrever simultaneamente, utilizando-se das superfícies apagáveis da areia e ardósia para erro e correção. Quando o papel se tornou mais acessível, ainda no século XIX, passaram a usar cadernos, até hoje utensílios comuns do universo escolar.

Desde então, as primeiras dificuldades no ensino-aprendizagem da escrita começaram a

surgir: o traço da letra, que envolvia caligrafia, ortografia, alfabetização e gramática; a ordenação lógica do discurso (coesão e coerência) e até mesmo a diferença de ritmos nesse tipo de aquisição entre os alunos. Estas passaram a ser – e até hoje são – preocupações da psicologia e da pedagogia.

Surgiu na França, entre 1891 e 1894, uma proposta pedagógica de ensino de estenografia na escola primária, como resolução para os conflitos em torno da escrita. O projeto mobilizou educadores, inspetores e diretores, que publicaram artigos e livros a respeito do assunto e criaram uma *Société Française d'Enseignement para la Sténographie*, mas tal inovação foi levada ao fracasso.

Vidal fez um balanço desta experiência francesa em propor a estenografia como solução para o ensino da escrita na escola primária, apontando os pontos positivos e negativos que envolvem a proposta pedagógica. Os principais defensores desta técnica – devido à escrita rápida e à escrita fonética – eram F. Fauconnier e F. David, que ensinavam os professores, convencendo-os da novidade, através de artigos e periódicos publicados em revistas pedagógicas.

A tarefa não era fácil, por isso o novo método levantou inúmeras críticas de diversos profissionais do magistério. Fauconnier defendia-se ressaltando que a vantagem da estenografia estava justamente em aproximar o som de sua representação gráfica, o que facilitava a aprendizagem de uma forma de registro escrito. A idéia era tratar a escrita como tradução perfeita da palavra oral, harmonizando símbolo gráfico e som articulado.

Os símbolos estenográficos – e Vidal apresenta-nos no livro 29 destes – eram constituídos por elementos geométricos de curva e reta e poderiam ser ensinados a crianças a partir dos 6 ou 7 anos de idade, mesmo antes da escrita. De acordo com Fauconnier, os alunos aprendiam a grafar as palavras com precisão graças à prática do “ditado mudo”, no qual o professor escrevia no quadro-negro os símbolos estenográficos do ditado e os alunos, com auxílio

do dicionário e da gramática, traduziam para o seu caderno. Como tradução, tanto a cópia quanto o ditado assumiam o papel de exercício inteligente.

De acordo com os defensores, as vantagens eram muitas, pois o uso da técnica estenográfica facilitaria e organizaria o trabalho docente e discente, otimizando o tempo de ambos na sala de aula. Os alunos não ficariam mais presos à forma, à ortografia, à gramática e a escrita tornar-se-ia mais rápida, digna de uma sociedade moderna, nesse sentido, tratava-se de uma técnica pedagógica revolucionária.

Por que então não deu certo? – eis a questão. Por alguns motivos também elencados por Vidal neste final de capítulo. De modo geral, consideraram-na inimiga da ortografia e da caligrafia, uma espécie de cacografia que impedia o aprendizado ortográfico. Entretanto, o aprendizado na escola tendeu a enrijecer a ortografia, adotando-lhe um padrão formal culto e a considerá-la estatuto simbólico de distinção social. Quem não dominasse a ortografia era considerado ignorante e inculto, já que desde o ensino primário francês a escrita era vista como signo de prestígio.

Além disso, outros fatores como: o benefício do aprendizado da técnica estenográfica não compensava o custo, tratava-se de uma escrita

particular, de difícil decifração e considerá-la uma transcrição perfeita do som em signo era falacioso, pois negligenciava numerosos problemas fonéticos.

No Brasil do final dos oitocentos não houve espaço para a inclusão da estenografia como prática de ensino de escrita, nem mesmo o debate pedagógico a respeito dessa técnica foi aqui veiculado. Do lado de cá do Atlântico, as preocupações com a Educação eram de outra ordem: as inúmeras burocracias, a falta de material adequado, seja ele o caderno ou o livro, a falta de instrução generalizada da população pobre, descendente de escravos, que mal sabia ler e escrever, ou eram analfabetos, a quase inexistência de bibliotecas, o que proporcionava raro acesso aos livros, enfim, um contexto social e político que tornava qualquer discussão a respeito de estenografia no Brasil algo impertinente.

Diferenças intercontinentais à parte, o fato é que este estudo de Vidal acerca das Culturas Escolares que circularam o interior das escolas brasileiras e francesas do final dos oitocentos desperta-nos um interesse ímpar, principalmente para aqueles apaixonados pela História da Educação. A reflexão histórica trazida pela tese-livro de Vidal sacia a curiosidade do leitor, pesquisador e, em especial, o professor que trabalha com leitura e escrita em sala de aula.